

O PCB RENOVADO E A UNIDADE DAS ESQUERDAS

HAMILTON GARCIA

A Nova República foi um período amargo na vida da população que deixou para trás o obscurantismo da ditadura, mas continuou enfrentando a frieza das elites dirigentes na condução dos negócios econômicos do país. A democracia chegou à Constituição, mas ainda não se estabeleceu como justiça social, permanecendo despercebida pela massa dos cidadãos.

Se esta não foi a transição que todos esperávamos, ela pelo menos trouxe à tona valiosas lições e desvendou novos horizontes antes ocultos na unanimidade da luta contra a ditadura.

A principal questão colocada em cena com o fracasso da NR foi a perspectiva de alternativas à esquerda.

Interessa-me, neste artigo, fazer algumas observações sobre o papel do PCB no quadro de ampliação do espaço das esquerdas, partindo de uma posição crítica em relação à sua teoria da revolução e das alianças políticas derivadas dele.

É um artigo com a marca do dilaceramento da militância comunista: excluída por uma máquina obsoleta e burocrática — geneticamente stalinista —, mas ao mesmo tempo consciente da necessidade de preservar o legado político-teórico do marxismo em seu sentido mais original.

A esta altura o resgate do marxismo aparece, para os comunistas brasileiros, como um jogo de “tudo ou nada”: ou bem reduzimos a “ala romena” à sua dimensão real na sociedade, ou seja, quase nada, permitindo um renascimento do PCB, ou o deixamos, definitivamente, aos cuidados dessa ala, que vem sobrevivendo graças aos préstimos de uma geração tão heróica quanto equivocada.

Sem sombra de dúvida o IX Congresso é um marco, e seu adiantamento um péssimo sinal.

A CONJUNTURA

O governo Sarney foi marcado, desde seu início, pela tensão entre as expectativas de mudanças e as possibilidades reais do pacto liberal que assumia o poder. A longa resistência democrática pela qual passamos, gerou em toda a nação uma forte expectativa quanto ao teor e a profundidade das reformas num governo das “oposições”, transferindo para este a solução da crise econômica (inflação), a reversão

do modelo de concentração de renda (justiça social) e a reforma constitucional.

A oposição, no entanto, estava presa a um horizonte liberal da democratização, que significava cindir o momento da reinstitucionalização das reformas econômico-sociais, adiando-as *sino die*. Ou seja, enquanto que as expectativas eram de inauguração de uma ruptura, a Aliança Democrática trabalhava com um alto grau de continuísmo no campo econômico, ao mesmo tempo que implementava transformações institucionais.

A transição, conduzida desta forma pela ala mais moderada do PMDB e pelos dissidentes do PDS, chegou rapidamente a um impasse forçando a adoção de planos emergenciais (heterodoxos) sem muita preparação, ou mesmo compreensão, por parte das autoridades governamentais.

A morte prematura de Tancredo Neves deu cores dramáticas a este quadro, mas não foi ele quem o determinou, basta ver que o ministério do primeiro ano de mandato fora deixado tal como Tancredo o havia composto.

A crise da transição liberal, inclusive com a desmoralização de suas lideranças, assumiu contornos bastante interessantes e importantes, que nem sempre foram levados em conta pelas forças de esquerda, nem mesmo por aqueles que mantiveram uma postura crítica diante do pacto liberal.

Na esquerda cristalizavam-se duas posições emblemáticas da falta de compreensão do processo por que passou a NR. A primeira posição ignorava o valor da reinstitucionalização conduzida pelos liberais; a segunda subestimava os impasses que as restrições liberais poderiam gerar no decorrer do mandato da AD. Ambas, cada qual a seu modo, deixaram

Este artigo é continuidade da série *Os horizontes da renovação política do PCB* que a *Revista Novos Rumos* vem há dois anos organizando. Esta série de debates visa, entre outros objetivos, estimular a discussão e aguçar as reflexões em torno de questões históricas e políticas da vida do PCB. Por outro lado, esse esforço, acreditamos, será de muita valia no sentido de fornecer subsídios e elementos para os debates do próximo Congresso do PCB.

Hamilton Garcia é sociólogo e mestrando em Ciência Política, na Unicamp.

de vislumbrar a transição como simultaneamente democrática e conservadora. Democrática quando põe abaixo o edifício casuístico da ditadura e permite a emergência organizada dos trabalhadores, e conservadora quando deixa intocado os interesses da grande burguesia.

Os torturantes cinco anos de Sarney trataram de dirimir os equívocos que se projetavam à partir destas duas posições. Hoje não parece existir dúvida quanto ao caráter profundo das medidas de reinstitucionalização e suas conseqüências positivas no cenário nacional, tanto no que diz respeito à transparência dos fatos políticos como no que afeta à organização das massas. Também não se pode mais ignorar o fracasso da perspectiva liberal, expresso didaticamente na bancarrota do PMDB/PFL e na subalternização do PCB e PC do B. Tanto os liberais como a esquerda moderada, foram alvo de duro julgamento popular nas últimas eleições.

A esta falência da esquerda comunista e do centro liberal, não sucedeu o fracasso da perspectiva de esquerda e de direita, mas sua substituição pela esquerda não-marxista-leninista e pelo neoliberalismo — que vem a ser a derrota do keynesianismo.

Com o neoliberalismo, volta ao auge o mito do mercado como elemento de progresso, tanto quando dissolve os monopólios e cartéis econômicos, como quando dissolve as "hegemonias" sindicais.

Com a esquerda não-marxista-leninista, cai por terra os dogmas do estatismo e restaura-se o pluralismo entre as correntes revolucionárias, o que recoloca em discussão a via brasileira para o socialismo, quando não o próprio socialismo.

Entre esses dois projetos muitos outros se colocam, em especial as facções social-democratas.

Em todas estas vertentes a adesão ao processo democrático é uma constante.

No entanto, seria falso acharmos que estamos fadados à democracia. O atual consenso democrático, embora auspicioso, depende ainda da solução da crise inflacionária no curto prazo e da reforma do modelo econômico concentracionista no longo prazo. Sem a solução dessas questões a adesão das massas à legalidade política será frágil, na medida em que ela pressupõe, para ser forte, direitos assegurados de cidadania, sem a qual não se concebe estabilidade democrática.

O consenso democrático que vivemos é condicional, e ignorar isto equivale a desprezar a indissociabilidade entre política e economia, como já foi comentado. A miserabilidade material da maioria do país é um elemento explosivo quando na presença de um alto grau de individualidade e de ceticismo. Tudo isso conspira contra ideais democráticos dos dirigentes.

A rigor o consenso democrático ainda está por ser construído, e pouca utilidade tem pensar na sua conquista como um dádiva de cima para os de baixo.

É neste ponto que a idéia de "transição pacífica" para o socialismo conspira contra a própria democracia, ao restringir o conflito a uma anomalia ao invés de considerá-lo como uma normalidade. Quando falamos em consenso democrático não queremos eludir a luta de classes, mas situá-la num patamar diferenciado daquele que observamos no século passado e no início do nosso, quando revolução e insur-

Com a esquerda não-marxista-leninista, cai por terra os dogmas do estatismo e restaura-se o pluralismo entre as correntes revolucionárias, o que recoloca em discussão a via brasileira para o socialismo, quando não o próprio socialismo.

reição eram sinônimos. A luta de classes perde em violência, mas não em antagonismo, em outras palavras, ela é menos cruel mas igualmente incontornável.

A polarização de forças em torno de Collor e de Lula na disputa presidencial foi copiosa neste sentido.

O impasse, inclusive, tem tudo para prosseguir já que a visão "mercadológica" tende a proclamar a vitória do mais apto na luta pela vida, não tratando de alterar as condicionantes desta luta que faz do trabalhador sempre o mais fraco. A construção democrática desta forma, ao se confirmar o apelo ideológico da burguesia, tende a ser paralizada tanto quanto se efetiva a prática do livre jogo das forças em luta, que é sinônimo de marginalização do papel social do Estado, e de recusa ao empreendimento de reformas estruturais que estendam a cidadania para todos.

A construção de um verdadeiro consenso democrático parece estar mais ao alcance das forças de esquerda, sejam socialistas, sejam social-democratas, do que no neo-liberalismo. No campo socialista, no entanto, muito ainda tem que se percorrer para viabilizar seu programa.

A PROBLEMÁTICA DAS CORRENTES SOCIALISTAS

A cisão entre passado e presente na constituição atual do movimento socialista brasileiro é um fato que tem implicações pouco consideradas e discutidas. Tendo origem, genericamente, na ação policial da ditadura, na subalternização da classe operária, na tática geral pecebista e no aparecimento de novas lideranças operárias descomprometidas com o doutrinamento de esquerda, esta cisão operou uma paradoxal realidade: de um lado, um extraordinário avanço político-eleitoral; de outro um gritante vazio teórico.

O hiato entre passado e presente parece ser o elemento explicativo para esta problematização da capacidade dirigente do movimento socialista, operada numa política sem teoria.

No PT, o entendimento da política é precário e só recentemente se teve provas de um avanço neste campo. Ao que parece a idéia de hegemonia não passa de uma caricatura na práxis petista, onde as alianças são entendidas como traição aos princípios programáticos, e a idéia de vanguarda não passa de um sentimento difuso.

Ao mesmo tempo que demonstra ter nas massas um forte referencial, o PT ainda vacila em apoiar-se nelas para promover a cooptação de outros setores sociais ao seu projeto de transformação. Sua imagem, não é à toa, se associa a de um braço político de uma facção sindical, ao invés de

expressão política da consciência de classe do proletariado. Isto se manifesta no limite *sindical* de sua ação política e no limite *político* de uma ação sindical.

No PCB, ao contrário, as alianças são entendidas como um momento fundamental da ação política, embora isto no passado nem sempre tenha sido levado em conta. Porém, a política, na visão pecebista, sofre uma redução trazendo a hegemonia, mais uma vez, para o campo da caricatura. No PCB a política é a “arte do possível”; o adágio “lutar para negociar, negociar para mudar”, não poderia ilustrar melhor o que foi sua marca nos anos 80. A negociação, ao invés de ser entendida como um momento particular de luta, é concebida como o eixo central desta. Ou seja, de uma *possibilidade* ditada pela correlação de forças, passa-se a uma *necessidade*; instaura-se a hipertrofia do meio.

Esta concepção empobrecida da política fez da luta propriamente dita uma abstração, e da negociação o grande mote do discurso pecebista, perdendo-se de vista a almejada relação entre luta e negociação que se buscava inculcar. Como consequência, o PCB deixou de ser instrumento da luta de classe para tornar-se seu mediador. O afastamento do PCB das massas — que já se manifestara com nitidez no pós 64¹ — marcou profundamente a opção democrática comunista.

A crise do PCB no pós 64 confunde-se com a crise do papel político geral da classe operária naquele momento. O mundo da fábrica e a ação parlamentar viverão dissociados durante toda a resistência democrática. Esta situação só começará a se reverter com a eclosão das greves do ABC em 1978 e com o aparecimento do PT em 1979.

O surgimento do PT resolveu, em parte, o colapso pecebista de 1964/68, quando reintroduziu as fábricas na política. Porém, permanece não resolvida as questões teóricas postas pela crise pecebista e que não se limitam a um debate dos temas das distorções do stalinismo, mas de como as forças revolucionárias entendem a modernização do país, e que opções colocam para a superação da crise atual.

Um tratamento sério deste problema, passa pelo reconhecimento de que ele radica na crise do PCB e só pode ser superado quando sua história for suficientemente vasculhada.

A RENOVAÇÃO DO PCB

Em primeiro plano se coloca uma questão já abordada por J.P. Netto em 1986², que é a crise de identidade do PCB. Trata-se, de fato, do colapso do “marxismo-leninismo” como teoria capaz de interpretar e abordar o real.

A “derrota da dialética”, identificada por Konder³ como causa dos seguidos fracassos do PCB ao longo de sua existên-

Como consequência, o PCB deixou de ser instrumento da luta de classe para tornar-se seu mediador.

cia, é a prova genética da inadequação do “marxismo-leninismo” como teoria revolucionária.

Como organização, o PCB combinou a rigidez centralista do bolchevismo, com a regionalização do caciquismo brasileiro e o federalismo dos partidos socialistas do século passado, num arranjo tão excêntrico quanto ineficaz. O arranjo, no entanto, apesar de sua ineficácia política tem um importante papel na manutenção das velhas estruturas nos novos tempos. Ele sinaliza, de uma só vez, a vontade de nada mudar e a de se “atualizar”.

O produto do ultra centralismo federalizado⁴ foi a “feudalização” do Partido, que fez da descentralização o fortalecimento das oligarquias locais e da tolerância a máscara para a omissão do CC. Não é preciso comentar a expressão notória deste sistema: o oportunismo eleitoral.

O oportunismo, no entanto, não pode ser reduzido a uma opção de organograma. A causa está numa tática geral equivocada, que provoca imenso transtorno em quem quer que se aventure a uma ação baseada em suas premissas.

A completa ausência de unidade política, ideológica e ética no PCB, torna impossível a obtenção de qualquer meta por mais simplória que possa parecer, com exceção daquela que visa manter o partido sob controle.

A organização pecebista chancela esta prática chamando a isto de “pluralismo interno”, na busca de amenizar o caráter burocratizante de seus estatutos, o que efetivamente não consegue.

Neste contexto o ecletismo é a mais visível expressão, do ponto de vista teórico, da perda de identidade do PCB.

A TÁTICA GERAL PECEBISTA

No plano tático geral localiza-se o pomo da crise do PCB. Por mais que nos últimos anos tenha-se tentado a modernização programática, ainda não se conseguiu ultrapassar o estágio da concepção dos “obstáculos” na definição das tarefas da luta pelo socialismo. Hoje, ao invés dos vetustos “obstáculos feudais” adotam-se “obstáculos institucionais” — formulados como a falta de uma regularidade democrática — como causa do atraso brasileiro como sistema social. Ontem, necessitava-se de unidade de *toda nação* para romper com o atraso secular; hoje, pede-se a união de *todos os democratas*. Em ambos os casos a perspectiva teórica adotada alcança um nível extremamente abstrato, concebendo a luta pelo socialismo como à parte do cotidiano das massas num plano exclusivamente doutrinário onde o

1. A este respeito, sumariamente, pode-se dizer que a autocritica então efetuada pelo CC do PCB sobre a queda de Goulart apresenta indícios dessa tendência quando apontava, unilateralmente, para um abstrato “esquerdismo” como causa da sua desestabilização. Subliminarmente, a moderação das pautas reivindicativas das classes trabalhadoras era sugerida, o que afastou, desde então, o PCB da vanguarda das lutas populares — fato que foi ofuscado pela derrota da esquerda armada e pelos êxitos eleitorais do MDB a partir de 1974, mas que se desvendou na década de 80.

2. Ver *Voz da Unidae*, nº 303/1986.

3. Leandro Konder, *A Derrota da Dialética* (R.J. Campus, 1989).

4. A introdução do federalismo nas práticas internas do PCB não chega a ser uma novidade, mas é só na legalidade de 85 que ele assume sua forma plena, disseminando pequenas oligarquias locais fortemente burocratizadas mas gozando de relativa autonomia diante da direção central. Até então isto só havia acontecido quando o CC sofria fortes baixas, e era impedido de exercer sua centralização.

objetivo final só pode ser pensado através da mediação com a derrubada dos obstáculos estruturais.

A luta contra o feudalismo e pela estabilidade democrática se relaciona com o socialismo na afirmação de que só alcançando o capitalismo "pleno" podemos almejar a etapa seguinte. Prevalece a idéia de que sofremos mais com a ausência do capitalismo do que com ele próprio.

Nesta metafísica as coisas acontecem assim: a democracia política consolidada oferece espaços para reformas que se direcionam para a derrota do imperialismo, do latifúndio e do monopólio nacional, abrindo a possibilidade de vitória do socialismo; por outro lado estas reformas seriam viabilizadas por uma frente democrática e nacional a mais ampla possível.

Como uma frente tão ampla possa ser capaz de abrir caminho para a ruptura com o capitalismo é algo que não é abordado.

Seja como for, a questão não é elidível. E foi pensando nela que se consentiu incluir no programa uma alusão à hegemonia operária na articulação da frente democrática e nacional. O problema surge quando a pretendida hegemonia agride o objetivo maior, que é a conquista de um capitalismo "pleno". A solução introduzida para o problema da contradição entre o programa apresentado e o objetivo pretendido, simplesmente não corresponde à definição do caráter da revolução brasileira tal como expresso pelo PCB. O desenlace só pode ser um: fica-se com o programa em todos os seus desdobramentos, e faz-se do objetivo pretendido com ele um mero caso do "dito pelo não dito".

Os rachas no PCB em 1962, 1967, 1980 foram a reação da ala esquerda do nacional-democratismo diante deste encaminhamento das coisas.

Esta solução se apresentou ao PCB de maneira clara à partir da "Declaração de Março de 58", consolidando-se com as resoluções do VII Congresso em 81/82 sob a forma da "principalidade do democrático".

Malgrado a forte dissensão entre a esquerda e a direita do nacional-democratismo, a idéia de que o socialismo não era imediatamente descortinável nos países do terceiro mundo, porque neles o capitalismo não teria uma formação "plena", predominava amplamente.

A idéia de que um capitalismo impuro tornaria impura a classe operária, de modo que o socialismo ficaria sem bases econômicas para se implantar e o proletariado sem condições políticas de se impor, foi a pedra de toque de todas elas. A saída lógica foi o etapismo.⁵

O capitalismo "pleno" que reiteradamente citamos, nada mais é que uma variação da idéia de capitalismo puro que rondou as cabeças dos comunistas depois que o marxismo virou simples formalidade ritualística. Ora, como sabemos, não existe nenhum modo de produção puro na história das sociedades humanas, mas apenas modelos teóricos que se valem de simplificação do real para desvendá-lo de maneira mais científica e criteriosa. Não passa de um malentendido a transposição de um modelo ao *status* de realidade.

A idéia de que um capitalismo impuro tornaria impura a classe operária, de modo que o socialismo ficaria sem bases econômicas para se implantar e o proletariado sem condições políticas de se impor, foi a pedra de toque de todas elas. A saída lógica foi o etapismo.⁵

Em cima de tal equívoco o doutrinário deita solto e a política vira mera propaganda, ou o mais deslavado pragmatismo.

O capitalismo pleno, na verdade, não deve ser estimado pelo seu grau de pureza, mas avaliado pela sua capacidade dirigente quando, então, combina-se com formas produtivas arcaicas infundindo-lhes outro conteúdo. Só uma análise baseada na totalidade social pode estimar o nível de desenvolvimento capitalista de um país. Basta ver o caso brasileiro, quando por detrás de uma estrutura arcaica se desenvolvia uma sociedade capitalista sem que muitos não se dessem conta disto, inclusive os comunistas.

As reformas modernizantes implementadas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, em particular a partir de 1930, almejando a simples prosperidade econômica e a estabilidade política, significaram a promoção acelerada do capitalismo.

As reformas costumam valer muito mais por aquilo que elas ocultam do que por aquilo que elas propalam, na medida em que se ligam ao exercício de uma classe no poder que se pensa imprescindível para que as metas sejam alcançadas. Por isso deve olhar para elas de modo a se alcançar o "espírito" que a anima.

A construção da hegemonia burguesa no Brasil, embora não tenha seguido um roteiro prévio, foi fruto do esforço de modernização relativa que as classes dominantes implementaram.

A compreensão pecebista acerca deste fenômeno é problemática, na medida em que despreza o aspecto histórico que as reformas apresentam como fruto das lutas de classes, reduzindo-as a uma determinação doutrinária seja para aceitá-las seja para rejeitá-las. Não é gratuito que muitas das lutas por reformas empreendidas pelo PCB tenham se detido nas cercanias do transformismo, e isto mais acentuadamente à medida em que seu compromisso liberal foi se tornando mais explícito, e amiúde sua rejeição a elas tenha sido inócua.

O "reformismo revolucionário" de que fala C.N. Coutinha⁷ nunca se realizou com efetiva eficácia no PCB, mesmo após 1958, pela ausência de um projeto de contra-hege-

6. Ver Poulantzas, Nicos: "O Estado, o Poder e o Socialismo" (R.J. Graal, 1983) pp. 18 a 31, quando estabelece a relação entre Estado e estrutura, política e economia.

7. Carlos Nelson Coutinho: "Democracia e Socialismo", (Cadernos de Debate Gab. dep. Temer, 1989)

5. Este programa sobreviveu mesmo diante das formas diretas de enfrentamento com o sistema, utilizadas pelo PC do B, VAR, MR-8 e etc.

monia, e antes pelo desprezo que se alimentava com relação ao papel das reformas, o que prevalece até o IV Congresso, em 1954.

Só reformas trabalhadas com a perspectiva de construção gradual de uma ordem socialista — onde a ruptura é a perda crescente da direção do Estado por parte da burguesia — podem garantir que elas alcancem conteúdos diversos daqueles que visam perpetuar o velho sistema. Na luta pela hegemonia as reformas têm o papel de elo entre o presente e o futuro: elas são a manifestação no presente das perspectivas abertas pelas propostas socialistas alternativas.

Na ausência de uma política hegemônica, não é possível que as reformas alcancem conteúdo revolucionário, o que equivale a dizer que sem um articulação socialista para a direção da sociedade as reformas não passarão de recauchutagens num mecanismo já desgastado. Portanto, não faz o menor sentido falar em “reformas conseqüentes”, quando ao mesmo tempo se fala em aliança com *todos os democratas*. As reformas conseqüentes para o socialismo são aquelas conduzidas pelas forças de esquerda que, por gestos calculados, põem-se a cercar as práticas econômicas e culturais da burguesia identificadas com a alienação das massas.

O etapismo não foi simplesmente uma vulgarização teórica do marxismo, mas uma boa saída para as forças que se vinculavam a uma propositura stalinista improvável no ocidente. Com a descoberta de obstáculos estruturais a viabilidade de qualquer socialismo era adiada tacitamente. Isto, evidentemente, não impedia que se seguisse apoiando as experiências “socialistas”, mas livrava os comunistas de ter que defender aquele sistema para seu próprio país. Desta forma, em momentos de grande isolamento político, os comunistas brasileiros tendiam a exagerar a defesa do socialismo oriental, ao passo que, quando gozava de maior prestígio perante a sociedade, esta defesa era reduzida ao mínimo necessário. O etapismo transfigurado em escapismo, funcionou como uma espécie de termômetro social de influência pecebista.

Isto não quer dizer, no entanto, que a diminuição do doutrinário tenha significado um grau maior de realismo na prática comunista, na medida em que foi o nacional-democratismo seu elemento organizador.

O “capitalismo realmente existente”⁸ nunca foi entendido como mais que uma distorção pelos comunistas, de modo que o combate a ele não significou a luta contra o próprio capitalismo, mas a um fantasma seu. Assim, a vitória da classe operária desaparecia na vitória do “verdadeiro” capitalismo; as conquistas eram automaticamente uma dádiva do sistema, a suprema prova de sua flexibilidade. As reformas morriam para o socialismo e o PCB combatia qualquer interpretação que associasse o capitalismo enquanto tal ao seu “modus operandi” concreto, e daí proclamasse reformas socialistas.

Em verdade, até hoje esta posição mantém-se intocada apesar da campanha que Roberto Freire promoveu em 1989, e que em nada se assemelha a isto.

Estas peripécias permitiram ao PCB dar seu apoio a um governo como o de Sarney, quando este já dava sinais de

O etapismo não foi simplesmente uma vulgarização teórica do marxismo, mas uma boa saída para as forças que se vinculavam a uma propositura stalinista improvável no ocidente. Com a descoberta de obstáculos estruturais a viabilidade de qualquer socialismo ora adiada tacitamente.

não querer efetivar nenhuma das reformas prometidas no “Compromisso com a Nação” que dissessem respeito ao resgate da dívida social. Apoiar a NR foi, acima de tudo, manter aberta a janela que permitisse a constituição de uma frente democrática-nacional capaz de completar o segundo calendário da transição (as reformas econômicas). Este projeto, no entanto, as eleições de 88 e 89 sepultaram.

Esta guinada à direita efetuada pelo PCB,⁹ no entanto, não pode ser explicada levando-se em conta apenas a perspectiva teórica do nacional-democratismo, tal como até agora a descrevemos. Partindo da perspectiva análoga, o nacional-populismo tomou postura oposta. A explicação para a diferença observável entre a postura do PCB e do PDT, por exemplo, está na formulação da “principalidade do democrático” na estratégia democrática e nacional adotada no VII Congresso. É a partir de então que a estabilidade democrática assume papel de proa para a conquista das reformas, e que a aliança com os liberais passa a ser um dos mais caros objetivos dos comunistas.

O VII Congresso sancionou, mais por instinto do que por conclusão lógica, a experiência pecebista de frente ampla no pós-64, que se caracterizava pela orquestração das forças democráticas no sentido da resistência à ditadura. O conteúdo desta resistência, porém, estava muito mais ligado ao pacto entre as forças de oposição do que à emergência de uma esquerda renovada condutora da oposição popular. No PCB, não era gratuito, a palavra “popular” aparecia frequentemente oposta a “democrático”; como de resto acontecia nos grupos de ultra-esquerda, se bem que com objetivo contrário.

Desta forma, a crise, que para os liberais surgia sempre como tensionamento do “popular”, era esconjurada pelos comunistas via repúdio ao estreitamento da frente — leia-se via condenação de uma opção de esquerda, que para o PCB era sinônimo de insurreição armada. Assim, inconsciente de todo esse complexo processo, os comunistas extirparam o conflito do contexto da redemocratização tal como os liberais, o que, por tabela, implicou no seu afastamento do cenário, por vezes explosivo, do mundo fabril e popular.

O reconhecimento da incontornabilidade da crise sob o capitalismo — presente em seus documentos — passou a ser eclipsado pela necessidade de uma estabilidade democrática; a greve operária e a radicalização estudantil exorcizadas

8. Expressão usada por Emir Sader.

9. Ver J.P. Netto, “Recuperar a Perspectiva de Classes, *Voz da Unidade* n°344/1987.

como elementos perturbadores da articulação somatória que visava subtrair espaços políticos aos militares.

Luta de classes e conquistas democráticas foram postas em lados opostos, tal como no pensamento liberal.

O horizonte nacional-democrático contaminado pela visão democrática-liberal, nos esclarece porque a ação de massas para o PCB passou a significar, sobretudo, um elevado risco.

A despeito de ser um valor universal,¹⁰ a democracia sofre a ação de variadas articulações de classe que emprestam a ela um significado particularizante (democracia liberal), ora universalizante (democracia socialista), ora um simples método, ora um método articulado estreitamente com a condição humana global.

Considerar "a priori" a estabilidade como um elemento positivo, é ignorar que ela pode ser a garantia do "status quo" via supressão do conflito, e que, portanto, em muitos casos a mera "estabilidade" pode significar até a ausência da tão apregoada democracia como método, para não falar da democracia como método-condição.

A "estabilidade" varia ao sabor da capacidade de hegemonia das classes em disputa, tende a ser espantoso para as mudanças socialistas quando a burguesia se encontra fortemente estabelecida no poder, e ao contrário, assume o papel de garantidor dessas mesmas modificações quando a burguesia já limitada no controle sobre o Estado busca retomar seu antigo domínio.

Esta variabilidade não é fruto da decisão isolada de uma corrente, mas produto da dinâmica própria que a luta de classes assume. Ademais, não é verdade que a "estabilidade" tenda para a ampliação da cidadania num contexto onde dela se expurgue o conflito e a crise, onde não exista a instabilidade.

A UNIDADE DAS ESQUERDAS

No debate interno do PCB este é o grande "divisor de águas" entre a renovação comunista e a renovação social-democrática. Na sociedade é uma imposição para o prosseguimento da luta socialista, não deixando de ser também um indicador do nível *real* de comprometimento das forças de esquerda com a idéia do socialismo "reformista-revolucionário".

A aversão do PCB pela idéia de uma frente de esquerda — que pouco tem a ver com a defesa de uma frente democrática, visto que esta pode ser uma articulação empreendida por uma esquerda democrática — expressa, na verdade, o temor de que o projeto nacional-democrático seja posto de lado em proveito de outro, "democrático e socialista".¹¹

Os desencontros na esquerda refletem distinções efetivas no plano ideológico, programático e organizativo, mas o PCB sempre encarou este debate como previamente resolvido a seu favor pelo fato de ter primeiro adotado uma compreensão distinta das formas revolucionárias, por ter pioneiramente entendido o papel da democracia na luta socialista, e por ter adotado uma concepção ampla de partido

Assim, inconscientemente de todo esse complexo processo, os comunistas extirparam o conflito do contexto da redemocratização tal como os liberais, o que, por tabela, implicou no seu afastamento do cenário, por vezes explosivo, do mundo fabril e popular.

político, enquanto o restante das forças se encontrava paralisado pelo dogma e o doutrinário. A vantagem pecebista era, porém, uma vantagem *a princípio*, que exigia um desenvolvimento posterior para confirmar a vocação hegemônica que ela encerrava, em contraste com o espírito de seita do restante das esquerdas.

O desenvolvimento do PCB nos anos 60, 70 e 80 não possibilitaram tal desenvolvimento, até porque os grupos renovadores, em particular os chamados "eurocomunistas", embora atacassem o burocratismo e o dogmatismo durante os anos 70/80, não produziram nenhuma crítica consistente ao projeto nacional-democrático que fosse além da mera ênfase no democrático em detrimento do nacional, que como vimos foi muito bem aproveitado pelo PCB para desenvolver a tese da "principalidade democrática", que possibilitou a guinada à direita ocorrida em 1985 com o apoio a Sarney, ao mesmo tempo que preparou o expurgo de sua ala "direita".

A ultrapassagem dos limites pecebistas pelo PT, por exemplo, apesar de real e inegável, encerra uma série de problemas para sua maior consistência.

Ideologicamente, o PT é pré-marxista, ou seja, sua opção pelos trabalhadores é marcada pelo descompromisso com a definição de uma teoria da revolução socialista e do papel central que o partido de vanguarda tem em seu desenvolvimento. De alguma forma o PT passa ao largo do "socialismo científico", o que não o inviabiliza como partido de esquerda, mas torna remota a chance de obter sucesso dada a precariedade de seu instrumental teórico e o embotamento dos canais partidários que superam a alienação do militante.

Ao manter-se distante do marxismo — o que não se justifica num partido laico que tem, como todos os outros, que se definir doutrinariamente — o PT acaba naturalmente se aproximando da social-democracia que, entre outras coisas, decretou a suposta caducidade do marxismo.

No PT isto tudo se repete de maneira bastante pitoresca com a forte influência da esquerda católica e seu "socialismo humanista", o que apenas acentua o hiato entre a tradição marxista e a postura petista.

Pode parecer inócua esta necessidade de enquadramento, porém, não se pode negar o quanto é ridícula a fuga a ele quando se constata a atualidade das polêmicas entre os socialistas no século passado e no início do atual, no que se refere ao papel do Estado, do partido de vanguarda, na definição da abrangência e validade da lei do valor e etc. Nada na bagagem socialista importa mais que sua herança

10. Não confundir a universalidade da democracia como valor, com sua formação no real, que leva em conta interesses particulares divergentes.

11. Ver J.A. Segatto, "Para um Novo PCB", *Voz da Unidade* 474/89.

marxista, e o PT olímpicamente a despreza apesar do esforço de alguns de seus intelectuais.

Programaticamente o PT vai sofrer as conseqüências de seu ecletismo teórico, o que foi bastante aproveitado durante as eleições, principalmente no segundo turno. A facilidade com que o PT se projetou, afirmando uma combatividade e autonomia que o afastaram de qualquer compromisso liberal, é constantemente ameaçada por sua inadequada relação com as alternativas, expressa hoje pela dificuldade em lidar com as prefeituras recém-conquistadas e pelos compromissos injustificáveis com o corporativismo sindical, em particular com o corporativismo estatal.

A luta pelo objetivo final, no entanto, pôde ser encaminhada sem etapismo e escapismo, o que abriu um espaço auspicioso para o socialismo libertando-o das amarras do nacional-democratismo.

Organizativamente o PT tem um perfil pré-leninista e uma estrutura pautada no "basismo", que lhe dá o aspecto descentralizado e desarticulado dos partidos socialistas do século XIX, mas, por outro lado, lhe garante uma liberdade de expressão que já não era encontrada nos partidos de esquerda.

Relevando o espontâneo em detrimento do organizado, o "basismo" arejou o ambiente da esquerda traumatizada pelo stalinismo, recolocando na ordem do dia o debate sobre centralização \times iniciativa, que outrora fora travado entre Rosa e Lênin, jogando luz sobre a questão da eficácia dos movimentos revolucionários diante do inimigo cientificamente preparado, mas se mostrou inadequado como concepção de um partido de massas politicamente dirigente.

As diferenças que brotam das características sumariamente levantadas são bastante significativas e servem para a continuidade do debate entre as duas correntes. Tanto ideológica, como programática e organizativamente, o PCB se coloca num patamar histórico privilegiado. Este patrimônio, no entanto, *perdeu sua virilidade* quando se sistematizou sob o controle de um marxismo vulgar, gerando uma casta dirigente burocrática, acéfala e distante da massa. A superioridade pecebista se esvaiu no contexto de um "marxismo-leninismo" dogmático, não se traduzindo numa influência político-cultural de tipo superior como seria de se esperar.

O socialismo "científico" do PCB se tornou inferior ao socialismo amorfo do PT, que pelo menos teve o mérito de erguer bem alto a bandeira da nova sociedade.

A GRANDE QUESTÃO

A unidade das esquerdas é a grande questão da década de 90. Ela poderá se dar pela convergência em torno do PT como partido frentista por natureza — como aparente-

O socialismo "científico" do PCB se tornou inferior ao socialismo amorfo do PT, que pelo menos teve o mérito de erguer bem alto a bandeira da nova sociedade.

mente esta acontecendo —, mas terá melhor solução se for construída a partir do pacto entre as diferenciadas forças mantendo suas especificidades. No entanto, a segunda opção exige que as outras correntes enfrentem com coragem seus problemas de modo a serem levadas em conta.

Quanto ao PCB, abriu-se um momento de decisão inadiável. Temos vários caminhos: a social-democratização, a sua completa "romenização", a indefinição, ou a retomada do comunismo "original". A social-democratização encontra respeitável defensor na voz de Jarbas de Holanda, e na idéia de fusão com o PSB e abandono do marxismo não só como doutrina. A "romenização" é vil, se estabelece como vermes nas áreas onde o tecido partidário dá sinais de nítido necrosamento, como no Rio de Janeiro. A indefinição parece ser a preferência do chamado "núcleo dirigente", que ninguém sabe ao certo quem é mas sente sua movimentação protelatória, como agora no adiamento do IX Congresso — ou seu estabelecimento em dois turnos, o que dá no mesmo. A retomada do comunismo "original" é uma idéia forte, tem um defensor em potencial — que se ajusta à imagem de Roberto Freire — mas granjeia sobretudo a simpatia dos chamados "desarmados do PCB", ou seja, aqueles a quem a máquina tragou e que não podem mais do que exercer uma pressão.

Estamos diante de uma reavaliação profunda de toda a trajetória pecebista, principalmente aquela que diz respeito às últimas três décadas. Adiar o IX Congresso chancela o PCB como o partido dos indefinidos e dos "romenos", pois estas são espécies que só se reproduzem na sombra. Protelar a decisão é jogar o PCB na penumbra.

Neste debate inadiável a *decisão é mais inadiável ainda*, trata-se de adequar o PCB àquilo que seu candidato disseminou como seu estilo ágil, combativo, independente e solitário com a esquerda. Falar em renovação sem enfrentar a questão de qual cara terá o PCB daqui por diante, é fazer da perestroika mera propaganda sem utilidade, é manter as expectativas ao nível do nacional-democratismo, é mudar o nome para preservar a mentalidade, encomendar o corpo sem mostrar o defunto.